Columbus Holdings S.A.

Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SF

CNPJ 09.092.789/0001-22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais						
ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013	
CIRCULANTE	461.847	160.678	CIRCULANTE	30.185	25.286	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	312.208	18.858	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e)	19.893	15.671	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d)	11.091	9.990	Dividendos a Pagar (Notas 9d e 15a)	10.218	8.846	
Juros sobre Capital Próprio/ Dividendos a Receber (Nota 15a)	137.687	131.088	Outras Obrigações (Nota 10)	74	769	
Depósitos Judiciais (Nota 7)	800	680	NÃO CIRCULANTE	800	_	
Créditos Tributários (Nota 15c)	61	62	Provisão para Contingências Fiscais (Nota 11)	800	_	
NÃO CIRCULANTE	5.577.405	4.803.608			4 000 000	
Realizável a Longo Prazo	292.692	1.682	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.008.267	4.939.000	
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	292.558	-	Capital Social (Nota 8a)	1.300.000	1.050.000	
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d)	_	1.543	Reservas de Capital (Nota 8b)	2.356.812	2.606.812	
Créditos Tributários (Nota 15c)	134	139	Reservas de Lucros (Nota 8c)	2.346.855	1.281.473	
Investimentos (Nota 8b)	5.284.713	4.801.926	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	4.600	715	
TOTAL	6.039.252	4.964.286	TOTAL	6.039.252	4.964.286	
	As Notas Explicativa	as são narte inte	grante das Demonstrações Contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais	5	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014 2013	
RECEITAS OPERACIONAIS	1.102.106	951.654
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8b)	1.069.804	924.778
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	32.302	26.870
Outras Receitas Operacionais	-	6
DESPESAS OPERACIONAIS	4.453	3.675
Despesas Tributárias (Nota 13)	3.552	2.626
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	901	1.049
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.097.653	947.979
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	(22.053)	(16.860)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.075.600	931.118
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	2.007,48	1.737,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em		
_	31 de dezembro		
_	2014	2013	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.097.653	947.979	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.069.804)	(924.778)	
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	(519)	7	
Lucro Líquido Ajustado	27.330	23.208	
Aumento em Empréstimos e Recebíveis	(292.558)	-	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(5.338)	1.714	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.254	(7.243)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.035)	(7.601)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(276.347)	10.078	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	, ,		
Juros sobre Capital Próprio			
Recebidos	27.575	20.801	
Dividendos Recebidos	550.968	458.631	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	578.543	479.432	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(8.846)	(690.000)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(8.846)	(690.000)	
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.350	(200.490)	
Início do Exercício	18.858	219.348	
Fim do Exercício	312.208	18.858	
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.350	(200.490)	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Cont	ábeis		

As Notas Explicativas sao parte integrante das Demonstrações Contabeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais Exercícios findos em 31 de dezembro 2013 2014

1.079.485 Total do Resultado Abrangente .. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1.075.600

3.885

3.885

931.119

(49.391)

(49.391)

881.728

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

					Avaliação		
	Capital	Reservas	Reservas	de Lucros	Patrimonial	Lucros	
Eventos	Social	de Capital	Legal	Estatutária	Reflexo	Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2012	700.000	2.956.812	144.135	897.590	50.106	-	4.748.643
Destinação de Dividendos com							
Reservas	350.000	(350.000)	-	(682.525)	-	-	(682.525)
Aumento de Capital com							
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Reflexa	-	-	-	-	(49.391)	-	(49.391)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	931.119	931.119
Destinações: - Reservas	-	-	46.556	875.717	-	(922.273)	-
- Dividendos							
Propostos							
(R\$ 16,51 por lote							
de mil ações)	-	-	-	-	-	(8.846)	(8.846)
Saldos em 31.12.2013	1.050.000	2.606.812	190.691	1.090.782	715	-	4.939.000
Destinação de Dividendos com							
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com							
Reservas	250.000	(250.000)	-	-	-	-	-
Reserva Reflexa	-	-	-	-	3.885	-	3.885
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.075.600	1.075.600
Destinações: - Reservas	-	-	53.780	1.011.602	-	(1.065.382)	-
- Dividendos							
Propostos							
(R\$ 19,07 por lote							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1.300.000 2.356.812 244.471 2.102.384

(10.218) (10.218)

Em 31 de dezembro

4.600

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR	ADICIONADO - E	m Milhares de Re	ais	
	Exe	ercícios findos en	n 31 de dezembro	
Descrições	2014	%	2013	%
1 - RECEITAS	-	-	6	-
Outras Receitas	-	-	6	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(901)	(0,1)	(1.003)	(0,1)
Serviços de Terceiros	(18)	-	(21)	-
Doações e Patrocínios	(679)	(0,1)	(882)	(0,1)
Editais e Publicações	(84)	-	(97)	-
Provisão Contingências Fiscais	(120)	-	(3)	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)	(901)	(0,1)	(997)	(0,1)
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(901)	(0,1)	(997)	(0,1)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM				
TRANSFERÊNCIA	1.102.106	100,1	951.659	100,1
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.069.804	97,2	924.778	97,3
Receitas Financeiras	32.302	2,9	26.881	2,8
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	1.101.205	100,0	945.690	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.101.205	100,0	945.690	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	25.605	2,3	14.571	2,1
Federais	25.605	2,3	19.532	2,1
Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	-	-	11	-
Remuneração de Capitais Próprios	1.075.600	97,7	931.119	97,9
Dividendos	10.218	0,9	8.846	0,9
Lucros Retidos	1.065.382	96,8	922.273	97,0

1.065.382 96,8 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Outros Resultados Abrangentes ..

Aiuste de Avaliação Patrimonial Reflexo

Lucro Líquido.

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, • Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas a) Lucro por ação

foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronun-

ciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a b) Dividendos a pagar mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade 2.10) Reconhecimento da receita é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam

pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas, 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a 2.11) Receitas financeiras Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem dispo2.12) Imposto de renda e contribuição social nibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

cimento inicial Empréstimos e recebíveis Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atrirealização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

2.5) Determinação do valor justo O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de

definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Investimentos em coligadas e controladas São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a

atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resul-

tado é classificado como despesa (ou receita) operacional. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e significativo de julgamento. passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido do próximo exercício financeiro. imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do 6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. 2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais Aplicações em operações compromissadas (1)... são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

 Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuia expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas: Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com proces-

uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com I Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25. o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a [sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmen- foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PER/DCOMPs (Programa Gerador do Pedido de Restituição, te sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

sos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como

remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano excluindo a quantidade média das ações ordinárias durante o ano excluindo a quantidade média da actual da actual

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no pe-A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento ríodo em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

de mil ações)....

Saldos em 31.12.2014.....

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhe- exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua

buíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

Á Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível

	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	171	9
Fundos de investimentos financeiros (2)	312.037	18.849
Total de caixa e equivalentes de caixa	312.208	18.858
(1) Potoro on a dopónito happário à visto; o		

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do (2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro 2014 2013 292.558

292.558 Total. (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% do CDI com vencimento em 20/12/2016, e que estão classificadas como Nível 2.

7) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	E	m 31 de dezembro
	2014	2013
Depósitos judiciais - contingências fiscais	800	680
Total	800	680
Depósito decorrente ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em	função de que parte	do crédito restituído

[27524]D0ESP - 6COL X 30CM - PÁG. 1 - Versão 1 - Pefran 018 - 28/04/2015

Columbus Holdings S.A.

Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SF NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

	Capital	Patrimônio líquido	Resultado	de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital	Investime	entos	Ajuste decorrente d	de avaliação (1)
Empresas	social	ajustado	ajustado	ON	social - %	2014	2013	2014	2013
Cielo S.A.	2.000.000	4.496.171	3.219.847	450.416	28,6482	1.288.074	952.798	924.699	802.063
Tempo Serviços Ltda	1.575.650	2.249.775	231.586	736.804	46,7619	1.052.037	943.837	108.294	92.178
Tapajós Holdings Ltda	413.433	780.075	135.895	111.989	27,0875	211.303	171.992	36.811	30.537
Ágio - Cielo S.A. (2)						2.733.299	2.733.299	-	-
Total						5.284.713	4.801.926	1.069.804	924.778

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de provisionamento

Em 31 de dezembro

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

	2014	2013
Ordinárias	535.796.738	535.796.738
Total	535.796.738	535.796.738
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2013, deliber	rou-se aumentar o Ca	pital Social no valor
de R\$ 350.000, elevando-o de R\$ 700.000 para R\$ 1.050.000, sem emissão de ações, m	ediante a capitalizaçã	o de parte do saldo
da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do	Parágrafo Primeiro d	o Artigo 169 da Lei

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 07 de abril de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 250.000, elevando-o de R\$ 1.050.000 para R\$ 1.300.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra b) Remuneração do pessoal-chave da Administração de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de lucros

_		Em 31 de dezembro
_	2014	2013
Reservas de lucros	2.346.855	1.281.473
- Reserva legal (1)	244.471	190.691
- Reserva estatutária (2)	2.102.384	1.090.782

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado: e
- (3) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultra(1) Composto basicamente pelo valor dos Incentivos Fiscais 2014 - R\$ 702 (2013 - R\$ 346), utilizados para redução de imposto passarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezem				
	2014	% (1)	2013	% (1)	
Lucro líquido do exercício	1.075.600		931.119		
Reserva legal	(53.780)		(46.556)		
Base de cálculo	1.021.820		884.563		
Dividendos mínimos obrigatórios	10.218		8.846		
Total dos dividendos	10.218	1,0	8.846	1,0	

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Em 31 de dezembro
	2014	2013
Impostos de renda	-	680 (1)
Serviços prestados a pagar	-	1
Editais e publicações	74	88
Total	74	769

(1) Crédito de Restituição em duplicidade da Receita Federal do Brasil (RFB), transferido para provisão em contingências fiscais

11) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

	2014	2013
Provisão - contingências fiscais	800	-
Total	800	-
12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		
		Em 31 de dezembro
	2014	2013

	2014	2013
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	22.516	7.493
Rendimento de operações compromissadas	9.267	19.384
Juros ativos (1)	519	4
Variação monetária	-	(11)
Total	32.302	26.870
(1) 5	100	

(1) Durante o exercício de 2014, ocorreu atualização do depósito judicial, no montante de R\$ 120.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

PIS e COFINS	3.552	2.531
Impostos e taxas	-	95
Total	3.552	2.626
14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
		Em 31 de dezembro
	2014	2013
Editais e publicações	84	97
Editais e publicações	18	21
Contribuição sindical patronal	-	47
Provisão para contingências fiscais	120	-

	Em 31 de dezen	
	2014	2013
Editais e publicações	84	97
Serviços de terceiros	18	21
Contribuição sindical patronal	-	47
Provisão para contingências fiscais	120	-
Doações e patrocínios	679	882
Outras despesas administrativas	-	2
Total	901	1.049

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	EIII 31 de dezeilli			
	2014		20	13
	Ativo	Ativo Receitas		Receitas
	(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:	171	-	9	-
Banco Bradesco S.A.	171	-	9	-
Empréstimos e recebíveis:	292.558	9.267	19.384	
Banco Bradesco S.A.	292.558	9.267	-	19.384
Dividendos/JCP a receber:	137.687	-	131.088	-
Cielo S.A.	136.308	-	129.922	-
Tempo Serviços Ltda.	1.029	-	876	-
Tapajós Holdings Ltda	350	-	290	-
Dividendos a pagar:	10.218	-	8.846	-
Caeté Holdings Ltda.	2.029	-	1.756	-
Elba Holdings Ltda.	3.348	-	2.899	-
Rubi Holdings Ltda	4.841	-	4.191	-

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

_	Em 31 de dezembr		
	2014	2013	
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	1.097.653	947.979	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(373.202)	(322.313)	
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	337.621	295.819	
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(230)	(40)	
Juros sobre o capital próprio	13.056	9.303	
Outros (1)	702	371	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.053)	(16.860)	
(1) O	40) 1'1' 1	1 ~ 1 ' 1	

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

, , ,		Em 31 de dezembro
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(22.047)	(16.858)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(6)	(2)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.053)	(16.860)
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferid	os	

			Em 31 de	dezembro
	2013	Constituição	Realização_	2014
Perdas de investimentos	170	-	-	170
Provisão de editais e publicações	31	25	(31)	25
The state of the s	004	0.5	(04)	405

Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias... A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no mon-

tante a R\$ 184 mil (2013 - R\$ 189 mil). d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 11.091 (2013 - R\$ 11.533) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio e aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 19.893 (2013 - R\$ 15.671), referem-se à Contribuição Social de R\$ 3.648 (2013 - R\$ 2.155), Imposto de Renda de R\$ 15.941 (2013 - R\$ 12.297), PIS de R\$ 54 (2013 - R\$ 217) e Cofins de R\$ 250 (2013 -R\$ 1 002)

Em 31 de dezembro f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diletetiças i		
	Imposto de renda	Contribuição	
		social	Total
2015	45	16	62
2016	48	17	67
2017	48	17	67
2018	3	1	5
Total	144	51	195

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013; b) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ. à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

 a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. E em nossa avaliação, não haverá impac tos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições. d) Não há outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31

de dezembro de 2014. A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva - Contador - CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro

2013

2014

Aos Administradores da Columbus Holdings S.A.

Osasco - SP Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em

31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas Opinião

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa ava- KPMG Auditores Independentes liação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações CRC 2SP028567/O-1 F SP

contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Compa-Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, condunhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstrações zida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas tração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de abril de 2015 Marco Antonio Pontieri Contador CRC 1SP153569/O-0

Em 31 de dezembro

Diforonose tomporários

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	461.847	160.678	CIRCULANTE	30.185	25.286
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	312.208	18.858	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e)	19.893	15.671
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d)	11.091	9.990	Dividendos a Pagar (Notas 9d e 15a)	10.218	8.846
Juros sobre Capital Próprio/ Dividendos a Receber (Nota 15a)	137.687	131.088	Outras Obrigações (Nota 10)	74	769
Depósitos Judiciais (Nota 7)	800	680	NÃO CIRCULANTE	800	
Créditos Tributários (Nota 15c)	61	62	Provisão para Contingências Fiscais (Nota 11)	800	_
NÃO CIRCULANTE	5.577.405	4.803.608			
Realizável a Longo Prazo	292.692	1.682	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.008.267	4.939.000
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	292,558		Capital Social (Nota 8a)	1.300.000	1.050.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d)		1.543	Reservas de Capital (Nota 8b)	2.356.812	2.606.812
Créditos Tributários (Nota 15c)	134	139	Reservas de Lucros (Nota 8c)	2.346.855	1.281.473
Investimentos (Nota 8b)	5.284.713	4.801.926	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	4.600	715
TOTAL	6.039.252	4.964.286	TOTAL	6.039.252	4.964.286
	As Notas Explica	itivas são parte inte	egrante das Demonstrações Contábeis.		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Rea		
	Exercícios findos em 2014	31 de dezembro 2013
RECEITAS OPERACIONAIS	1.102.106	951.654
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8b)	1.069.804	924.778
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	32.302	26.870
Outras Receitas Operacionais	-	6
DESPESAS OPERACIONAIS	4.453	3.675
Despesas Tributárias (Nota 13)	3.552	2.626
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	901	1.049
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.097.653	947.979
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	(22.053)	(16.860)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.075.600	931.118
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	2.007,48	1.737,82

S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes

As Notas Explicativas sao parte integrante das Demonstrações Cont	abeis.	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de	Reais	
	Exercícios findos em 2014	31 de dezembro 2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.097.653	947.979
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.069.804)	(924.778)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	(519)	7
Lucro Líquido Ajustado	27.330	23.208
Aumento em Empréstimos e Recebíveis	(292.558)	-
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(5.338)	1.714
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.254	(7.243)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.035)	(7.601)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(276.347)	10.078
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre Capital Próprio		
Recebidos	27.575	20.801
Dividendos Recebidos	550.968	458.631
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	578.543	479.432
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(8.846)	(690.000)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(8.846)	(690.000)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.350	(200.490)
Início do Exercício	18.858	219.348
Fim do Exercício	312.208	18.858
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.350	(200,490)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares	de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido	1.075.600	931.119
Outros Resultados Abrangentes	3.885	(49.391)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	3.885	(49.391)
Total do Resultado Abrangente	1.079.485	881.728

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais Avaliação Capital Reservas de Lucros Patrimonial Reservas Lucros **Eventos** Social de Capital Legal Estatutária Reflexo Acumulados **Totais** Saldos em 31.12.2012...... 144.135 4.748.643 2.956.812 897.590 700.000 50.106 Destinação de Dividendos com (682.525) 350,000 (350.000)(682.525)Reservas. Aumento de Capital com Reservas Reserva Reflexa (49.391) (49.391)Lucro Líquido do Exercício... 931.119 931.119 Destinações: - Reservas.. 46.556 875.717 - Dividendos Propostos (R\$ 16,51 por lote de mil ações) (8.846)(8.846)1.050.000 2.606.812 190.691 1.090.782 Saldos em 31.12.2013.. 715 4.939.000 Destinação de Dividendos cor Reservas. (250.000) Aumento de Capital com Reservas. 250.000 3.885 Reserva Reflexa.. 3.885 Lucro Líquido do Exercício 1.075.600 1.075.600 53.780 1.011.602 Destinações: - Reservas... - Dividendos (R\$ 19,07 por lote de mil ações) (10.218)(10.218)

Saldos em 31.12.2014	1.300.000	2.356.812	244.471	2.102.384	4.600	- 6.008.267
	As Notas Explicativ	/as são parte in	tegrante das De	monstrações Contábe	eis.	
	DEMONSTRAÇÃO	DO VALOR	ADICIONADO	- Em Milhares de Re	eais	
			Exercícios findos em 31 de dezembro			
Descrições			2014	%	2013	%
1 - RECEITAS			-	-	6	-
Outras Receitas			-	-	6	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCI	EIROS		(901)	(0,1)	(1.003)	(0,1)
Serviços de Terceiros			(18)	-	(21)	-
Doações e Patrocínios			(679)	(0,1)	(882)	(0,1)
Editais e Publicações			(84)	-	(97)	-
Provisão Contingências Fiscais			(120)	-	(3)	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)		(901)	(0,1)	(997)	(0,1)
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO			(901)	(0,1)	(997)	(0,1)
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO I	EM TRANSFERÊN	CIA	1.102.106	100,1	951.659	100,1
Resultado de Equivalência Patrimon	ial		1.069.804	97,2	924.778	97,3
Receitas Financeiras			32.302	2,9	26.881	2,8
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DIS	TRIBUIR (4+5)		1.101.205	100,0	945.690	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIO	NADO TOTAL		1.101.205	100,0	945.690	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições			25.605	2,3	14.571	2,1
Federais			25.605	2,3	19.532	2,1
Remuneração de Capitais de Terce	eiros e Outros		-	-	11	-
Remuneração de Capitais Próprio	s		1.075.600	97,7	931.119	97,9
Dividendos			10.218	0,9	8.846	0,9
Lucros Retidos			1.065.382	96,8	922.273	97,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Á Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015. 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2) Principais Practicas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contá (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

À preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Adminis-

tração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não

estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas. 2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reai 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos eiros foram adquir o de seus Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preco de mercado disponível na data do balanco. Se não houver cotação de

preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. 2.6) Investimentos em coligadas e controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativas e julgamentos entidades pera obter benefícios em sua atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A estimativa en la capital de la capital d existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado

como despesa (ou receita) operacional. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis o agui representa o excesso de custo de aquisição de a participação da companha sobre o valor justo induito dos advises e passivos identificaveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável A evidência objetiva de que os ativos financeiros para veninada se ha venina desenta de que entre a comina de managemento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

(1) Hefere-se a deposito bancario a vista; e processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

(2) Referem-se a aleposito bancario a vista; e processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil

do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. 2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou

Aplicaç

Total ...

divulgados nas notas explicativas: Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes; de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, em independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Coi

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

2.9) Patrimônio líquido a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a

Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resul-

tado, através do método dos juros efetivos 2.12) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto

diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram cons

tituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo

ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integri dade e a independência dos processos.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Aplicações em operações compromissadas (1).

estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda

ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

Em 31 de dezembro

680

Em 31 de dezembro

292.558

800

	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	171	9
Fundos de investimentos financeiros (2)		18.849
Total de caixa e equivalentes de caixa		18.858
(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e		

ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS Em 31 de dezembro 2014 2013 292.558

decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a taxa de 100% (1) Refere-se a Operações Compromissadas em D

do CDI com vencimento em 20/12/2016, e que estão classificadas como Nível 2. 7) DEPÓSITOS JUDICIAIS Em 31 de dezembro 2014 2013 Depósitos judiciais - contingências fiscais.

Depósito decorrente ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído foi utilizado anteriormente

em compensações, conforme informado nas PER/DCOMPs (Programa Gerador do Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial. b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Quantidade de ações Patrimônio Participação possuídas (em milhares) Capital líauido Resultado no capital Ajuste decorrente de avaliação (1) social ajustado ajustado social - % 2014 2013 2014 **Empresas** ON 2013 2.000,000 952.798 802.063 Cielo S.A 4.496.171 3.219.847 450,416 28.6482 1.288.074 924.699 Tempo Serviços Ltda 1.052.037 736.804 Tapaiós Holdings Ltda 413,433 780.075 135.895 111.989 27.0875 211.303 171.992 36.811 30.537 - Cielo S.A. (2) .. 1.069.804 924.778

Total ..

Total .. 5.284.713 4.801.926 (1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e (2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de provisionamento.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro 2014 2013 535.796.738 535.796.738 Ordinárias 535 796,738 535 796,738 Total. Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 350.000, elevando-o de R\$ 700.000 para R\$ 1.050.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º

do Estatuto Social Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 07 de abril de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 250.000, elevando--o de R\$ 1.050.000 para R\$ 1.300.000, sem emissão de acões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do (3) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a des-

Estatuto Social A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de d) Dividendos

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro 2014 2013 Reservas de lucros 2.346.855 1.281.473 Reserva legal (1).. 244.471 190.691 - Reserva estatutária (2). 2.102.384 1.090.782 (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido

das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o

tinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado: e

prejuizos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Columbus Holdings S.A. CNPJ 09.092.789/0001-22 Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

		N	IOTAS EXPLICATIVA	AS ÀS DEMONSTR	AÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais		
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 estão	o demonstrados a se	eguir:			b) Remuneração do pessoal-chave da Administração		
		0/ (1)		Em 31 de dezembro	A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pe	os cargos que ocupam	no Banco Bradesco S.A.
Lucro líquido do exercício	2014 1.075.600	% (1)	2013 931,119	% (1)	controlador da Companhia.		
Reserva legal	(53.780)		(46.556)		16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Base de cálculo	1.021.820		884.563		a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social		Em 31 de dezembro
Dividendos mínimos obrigatórios	10.218		8.846			2014	2013
Total dos dividendos	10.218	1,0	8.846	1,0	Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	1.097.653	947.979
(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo. 10) OUTRAS OBRIGAÇÕES					Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(373.202)	(322.313)
IU) OUTRAS OBRIGAÇÕES				Em 31 de dezembro	Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	337.621	295.819
		_	2014	2013	Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(230)	(40
Impostos de renda				680 (1)	Juros sobre o capital próprio	13.056 702	9.303 371
Serviços prestados a pagar			-	1	Outros (1) Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.053)	(16.860
Editais e publicações			74	88		, ,	•
Total			74	769	(1) Composto basicamente pelo valor dos Incentivos Fiscais 2014 - R\$ 702 (2013 - R\$ 346), utilizado	s para redução de imp	osto de renda.
(1) Crédito de Restituição em duplicidade da Receita Federal do Brasil (F	RFB), transferido par	ra provisão em co	ntingências fiscais.		 b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social 		Em 21 do dozombro
11) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS	,,		•			2014	Em 31 de dezembro 2013
,				Em 31 de dezembro	Impostos correntes:	2014	
			2014	2013	Imposto de renda e contribuição social devidos	(22.047)	(16.858)
Provisão - contingências fiscais			800		Impostos diferidos:	(/	(3.222)
Total			800		Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(6)	(2)
12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS					Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.053)	(16.860)
,				Em 31 de dezembro	 c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos 		
			2014	2013			Em 31 de dezembro
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros			22.516	7.493	Perdas de investimentos	stituição Realiz	
Rendimento de operações compromissadas			9.267	19.384	Provisão de editais e publicações	25	- 170 (31) 25
Juros ativos (1)			519	4	Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	25 25	(31) 195
Variação monetária Total			32.302	(11) 26.870	A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à exp		
			32.302	20.070	 O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida o 	os efeitos tributários, n	o montante a R\$ 184 mi
(1) Durante o exercício de 2014, ocorreu atualização do depósito judicial,	l, no montante de R\$	3 120.			(2013 - R\$ 189 mil).		
13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS					d) Tributos a compensar ou a recuperar		
				Em 31 de dezembro	Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 11.091 (2013 - R\$ 11.533) referem-se a im	posto de renda retido r	na fonte sobre juros sobr
		-	2014	2013	capital próprio e aplicações financeiras.		
PIS e COFINS			3.552	2.531	e) Impostos e contribuições a recolher Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 19.893 (2013 - R\$ 15.671), referem-se à Co	ntribuição Cocial do D¢	2 0 6 40 (2012 D¢ 2 155
Impostos e taxas			3.552	95 2.626	Imposto de Renda de R\$ 15.941 (2013 - R\$ 12.297), PIS de R\$ 54 (2013 - R\$ 217) e Cofins de R\$ 250 (2		3.046 (2013 - NJ 2.133
Total			3.332	2.020	f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e ba		huicão social
14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS				E 04 de de	1) Trevisão de realização dos creditos arbutarios sobre diferenças temporarias, prejuizo riscar e si	ise negativa de contin	Em 31 de dezembro
			2014	Em 31 de dezembro 2013	Difere	nças temporárias	
Editais e publicações			84	97	Imposto	Contribuição	
Servicos de terceiros			18	21	de renda	social	Total
Contribuição sindical patronal			-	47	2015		16 62
Provisão para contingências fiscais			120	-	2016		17 67
Doações e patrocínios			679	882	2017		17 67
Outras despesas administrativas			-	2	2018	3 144	1 5 51 195
Total			901	1.049	17) OUTRAS INFORMAÇÕES	177	31 193
15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS					 a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de de: 	rombro do 2014 o do 20	112.
a) As transações com partes relacionadas estão assim representada	las:				b) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/		
				Em 31 de dezembro	relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ. à Contribuição Social sobre o Lucro Líquic		
2014				2013	 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe: 		
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas	 a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos m 		
	(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)	da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;		
Caixa e equivalentes de caixa:	171	-	9 9	-	• a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrent	e de participação em lu	icros auferidos no exterio
Banco Bradesco S.A. Empréstimos e recebíveis:	171 292.558	9.267	9 19.384	-	por controladas e coligadas.		
Banco Bradesco S.A.	292.558 292.558	9.267 9.267	19.384	19.384	A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. E em nossa	avaliação, não haverá ir	npactos relevantes futuro
Dividendos/JCP a receber:	137.687	5.207	131.088	19.304	em nossas Demonstrações Contábeis.		
Cielo S.A.	136.308	_	129.922	-	c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 201	5, as alíquotas da Contr	ibuição para o PIS/PASE
Tempo Serviços Ltda.	1.029	-	876	-	(0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas suj	eitas ao regime de apu	ração não-cumulativa das
Tapajós Holdings Ltda	350	-	290	-	referidas contribuições.		04 de deser 1 1 771
Dividendos a pagar:	10.218	-	8.846	-	d) Não há outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações o	oniadeis encerradas em	i si de dezembro de 2014
Coatá Haldingo I tdo	2.020		1 756				

2.899 4.191

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva - Contador - CRC 1SP210689/O-2

financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de

auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demons-Osasco, 27 de abril de 2015

Marco Antonio Pontier Contador CRC 1SP153569/O-0

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 Opinião e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2.029 3.348

4.841

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas Outros assuntos contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres

Demonstração do valor adicionado de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Caeté Holdings Ltda.

Elba Holdings Ltda.

Rubi Holdings Ltda.

Osasco - SP

Aos Administradores da

Columbus Holdings S.A.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, CRC 2SP028567/O-1 F SP

[27524] VEC - 6COL X 25CM - PÁG. 2 - Versão 1 - SEM AP - 28/04/2015